

Bahia Terminais S.A.

*Demonstrações Financeiras
Referentes Ao Exercício Findo
em 31 de dezembro de 2022 e
Relatório do Auditor Independente
Sobre as Demonstrações Financeiras*

Santana & Sousa Auditores Independentes

Bahia Terminais S.A

Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2022 e de 2021

Conteúdo

Relatório do auditor independente

Quadro I – Balanço patrimonial

Quadro II – Demonstração do resultado do exercício

Quadro III - Demonstração do resultado abrangente

Quadro IV - Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Quadro V - Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações financeiras



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Diretores
da Bahia Terminais S.A.
Salvador - BA

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da Bahia Terminais S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas financeiras.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto mencionado no parágrafo “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bahia Terminais S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Análise de recuperabilidade de ativos da controladora.

Conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico 1(R1) emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade, a Bahia Terminais S.A., deve analisar se seus ativos não estão registrados contabilmente por valor superior àquele passível de ser recuperado. A Companhia possui em 31 de dezembro de 2022, saldos de imobilizado e de intangível nos valores de R\$ 77.743 mil e R\$ 14.366 mil respectivamente, para os quais não foram elaborados estudos de recuperação. Consequentemente não foi possível satisfazer-mos, através de procedimentos alternativos de auditoria, sobre o saldo da referida conta para 31 de dezembro de 2022 e seus possíveis reflexos no resultado do exercício e patrimônio líquido da controladora referente a seu ativo intangível.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2021, apresentadas para fins de comparabilidade, não foram auditadas por auditores independentes.

Responsabilidade da Administração e da governança sobre as demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e com o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
-



- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente, referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio da Companhia, para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da Companhia e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador, 07 de dezembro de 2023.

SANTANA & SOUSA
Auditores Independentes
CRC – BA – N° 612

Alberto da Silveira Lima
Contador
CRC – BA – N° 9.093

QUADRO I
BAHIA TERMINAIS S.A.
BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVOS</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
CIRCULANTES				CIRCULANTES			
Caixas e equivalentes de caixa	4	72	839	Fornecedores	10	633	634
Impostos a recuperar	5	67	67	Impostos a recolher		45	50
Adiantamento a fornecedores	6	1.216	1.142	Obrigações trabalhistas		34	18
Despesas Pagas Antecipadamente		2	1	Empréstimos Bancários		4	-
Outras contas a receber		6	1				
Total dos ativos circulantes		<u>1.363</u>	<u>2.050</u>	Total dos passivos circulantes		<u>716</u>	<u>702</u>
NÃO CIRCULANTES				NÃO CIRCULANTES			
Créditos com Coligadas	7	167	167	Receitas diferidas		300	300
Imobilizado	8	77.743	55.617	Total dos passivos não circulantes		<u>300</u>	<u>300</u>
Intangível	9	14.366	13.985				
Total dos ativos não circulantes		<u>92.276</u>	<u>69.769</u>				
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	11.1	154.153	60.000
				Prejuízos acumulados		(61.530)	(53.853)
				AFAC Adiantamento p/Futuro Aum Capital		-	64.670
				Total do patrimônio líquido		<u>92.623</u>	<u>70.817</u>
TOTAL DOS ATIVOS		<u>93.639</u>	<u>71.819</u>	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>93.639</u>	<u>71.819</u>

(As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.)

QUADRO II**BAHIA TERMINAIS S.A.****DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO****(Valores expressos em milhares de reais - R\$)**

	Nota	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
	<u>explicativa</u>		
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS:			
Gerais e administrativas	13	(7.672)	(6.613)
Resultado financeiro	14	(5)	(5)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		<u>(7.677)</u>	<u>(6.618)</u>
PREJUÍZO POR AÇÃO (BÁSICO E DILUÍDO) - EM R\$		<u>(0,05)</u>	<u>(0,11)</u>

(As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.)

QUADRO III
BAHIA TERMINAIS S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(7.677)	(6.618)
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>(7.677)</u>	<u>(6.618)</u>

(As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.)

QUADRO IV**BAHIA TERMINAIS S.A.****DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO****(Valores expressos em milhares de reais - R\$)**

	<u>Nota explicativa</u>	<u>Capital social</u>	<u>Capital a Intrgralizar</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>	<u>AFAC</u>	<u>Total c/ AFAC</u>
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2021		60.000	-	(47.235)	12.765	37.143	49.908
Adiantamento Para Futuro Aum Capital		-	-	-	-	27.527	27.527
Prejuízo do Exercício		-	-	(6.618)	(6.618)	-	(6.618)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		60.000	-	(53.853)	6.147	64.670	70.817
Adiantamento Para Futuro Aum Capital		-	-	-	-	16.764	16.764
Subscrição de Capital	11	100.000	(100.000)	-	-	-	-
Integralização de Capital		-	94.153	-	94.153	(81.434)	12.719
Prejuízo do Exercício		-	-	(7.677)	(7.677)	-	(7.677)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		160.000	(5.847)	(61.530)	92.623	-	92.623

(As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.)

QUADRO V
BAHIA TERMINAIS S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Prejuízo do exercício		(7.677)	(6.618)
Ajuste para reconciliar o lucro do exercício com o caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:			
Depreciação		62	1
Redução (aumento) nos ativos operacionais:			
Impostos a recuperar		-	-
Adiantamento a Fornecedores		(74)	430
Despesas Antecipadas		(1)	-
Outras contas a receber		(5)	-
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		-	(1.284)
Impostos a recolher		(5)	(23)
Obrigações trabalhistas		16	-
Empréstimos Bancários		4	-
		-	240
Caixa aplicado nas atividades operacionais		(7.680)	(7.254)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Créditos com Coligadas		-	(67)
Aquisição de imobilizado	8	(22.189)	(17.273)
Aquisição Intangível	9	(381)	(3.414)
Caixa aplicado nas atividades de investimento		(22.570)	(20.754)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Aumento de capital social	11	12.719	-
AFAC Adiantamento para Futuro Aum Capital		16.764	27.527
Caixa gerado nas atividades de financiamento		29.483	27.527
REDUÇÃO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(767)	(481)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA:			
No início do exercício	4	839	1.320
No fim do exercício	4	72	839
REDUÇÃO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(767)	(481)

(As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.)

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
(Valores expressos em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando de outra forma
mencionado).**

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Bahia Terminais S.A. (“Companhia”) foi constituída em 18 de fevereiro de 2011, e tem por objeto social (i) o desenvolvimento, implantação e exploração comercial de Terminais Portuários de Uso Privativo (TPU), com a movimentação de contêineres, granéis sólidos, líquidos ou grãos de quaisquer origens ou afins, (ii) a prestação de serviços para a movimentação e armazenamento de carga ou mercadorias próprias ou de terceiros em geral em suas diversas modalidades e (iii) a contratação, inclusive por arrendamento e exploração de áreas públicas ou privadas relacionadas com o objeto social.

Atualmente, a Companhia encontra-se em fase pré-operacional e o início de suas operações depende da viabilização de modelo de negócio a ser implantado pela Companhia e os agentes do setor portuário, sendo as suas atividades mantidas através dos aportes de recursos de seus acionistas e/ou recursos de terceiros.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotados no Brasil que compreendem os pronunciamentos, as orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, e as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações que incorporam as alterações trazidas pelas Leis n^{os} 11.638/07 e 11.941/09.

2.2 Base de elaboração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia e suas controladas atuam (“moeda funcional”). As demonstrações são apresentadas em milhares de reais – R\$ - a moeda funcional da Companhia e de suas controladas.

2.4 Principais fontes de julgamento e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas brasileiras de contabilidade é requerido que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e

despesas, bem como as divulgações em notas explicativas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre incertezas das premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: (i) perda estimada por redução ao valor recuperável dos ativos de longo prazo; e (ii) provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais; as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Companhia e de suas controladas, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 Instrumentos financeiros

3.1.1 Ativos financeiros

Os ativos financeiros mantidos pela Companhia e suas controladas, quando aplicável, são classificados sob as seguintes categorias: (a) ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de resultado; (b) ativos financeiros mantidos até o vencimento; (c) ativos financeiros disponíveis para venda; e (d) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados.

A Companhia e suas controladas não possuem instrumentos financeiros para as categorias classificadas nos itens (a) a (c) mencionadas acima.

Categoria (d) - Empréstimos e recebíveis

São incluídos nesta classificação os ativos financeiros não derivativos, com recebimentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor do custo amortizado utilizando-se o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

Os ativos financeiros compreendem:

Caixa e equivalentes de caixa

São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização, conforme nota explicativa nº 4.

A Companhia e suas controladas não operam com instrumentos financeiros derivativos.

3.1.2 Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual deterioração de ativos (*impairment*). São considerados deteriorados quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado o fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

3.1.3 Passivos financeiros

3.1.3.1 Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros (incluindo fornecedores e outros passivos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

3.1.3.2 Baixa de passivos financeiros

A Companhia baixa os passivos financeiros somente quando as obrigações da Companhia são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado do exercício.

3.2 Imobilizado

É demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. As depreciações são calculadas às taxas anuais.

O valor contábil dos ativos é ajustado para seu valor recuperável, sempre que os eventos ou circunstâncias indicarem que seu valor contábil não pode ser recuperável.

Os ganhos e as perdas decorrentes de alienações são determinados pela comparação com o valor contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado na conta “Outras receitas – líquidas”.

3.3 Intangível

3.3.1 Ativos intangíveis gerados internamente

Os gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. O ativo intangível gerado internamente resultante de gastos com desenvolvimento (ou de uma fase de desenvolvimento de um projeto interno) é reconhecido se, e somente se, demonstrado todas as seguintes condições:

- A viabilidade técnica de completar o ativo intangível para que seja disponibilizado para uso ou venda;
- A intenção de se completar o ativo intangível e usá-lo ou vendê-lo;
- A habilidade de usar ou vender o ativo intangível;
- Como o ativo intangível irá gerar prováveis benefícios econômicos futuros;
- A disponibilidade de adequados recursos técnicos, financeiros e outros para completar o desenvolvimento do ativo intangível e para usá-lo ou vendê-lo; e,
- A habilidade de mensurar, com confiabilidade, os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento.

O montante inicialmente reconhecido de ativos intangíveis gerados internamente corresponde à soma dos gastos incorridos desde quando o ativo intangível passou a atender aos critérios de reconhecimento mencionados anteriormente. Quando nenhum ativo intangível gerado internamente puder ser reconhecido, os gastos com desenvolvimento serão reconhecidos no resultado do período, quando incorridos.

Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os ativos intangíveis gerados internamente são registrados ao valor de custo, deduzido da amortização e da perda por redução ao valor recuperável acumuladas, assim como os ativos intangíveis adquiridos separadamente.

3.4 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

Quando se espera que alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

3.5 Avaliação do valor recuperável dos ativos

Os ativos são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, ocorrendo perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor líquido de venda do ativo, esta é reconhecida no resultado do exercício.

3.6 Resultado por ação

O prejuízo por ação básico é calculado por meio da divisão do prejuízo do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício, excluídas as ações em tesouraria.

O prejuízo por ação diluído é calculado por meio da divisão do prejuízo atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício, mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas no pressuposto do exercício das opções de compra de ações com valor de exercício inferior ao valor de mercado, excluídas as ações em tesouraria.

3.7 Alterações em Normas e Interpretações

Alterações adotadas pela Companhia

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- 1º de janeiro de 2022 – Contratos onerosos – custo de cumprimento de um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37);
- 1º de janeiro de 2022 – Ciclo anual de melhorias às normas IFRS 2018-2020 (alterações ao IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41);
- 1º de janeiro de 2022 – Referências à estrutura conceitual (alterações ao CPC 15/IFRS 3);
- 1º de janeiro de 2023 – Classificação de passivo como circulante e não circulante (alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8); e
- 1º de janeiro de 2023 – IFRS 17 Contratos de Seguro, e alterações à IFRS 17 Contratos de Seguro.

Alteração ao IAS 16/CPC 27 “Ativo Imobilizado”

A alteração proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício.

Alteração ao IAS 37/CPC25 “Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes”

Esclarece que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele.

Alteração ao IFRS 3/CPC 15 “Combinação de Negócios”

Substitui as referências da versão antiga da estrutura conceitual pela mais recente emitida em 2018.

Aprimoramentos anuais – ciclo 2018-2020.

- IFRS 9/CPC 48 – “Instrumentos Financeiros” – esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para análise de baixa de passivos financeiros;
- IFRS 16/CPC 06 – “Arrendamentos” – alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado;
- IFRS 1/CPC 37 “Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros” – simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira

vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais; e

- IAS 41/CP 29 – “Ativos Biológicos” – remoção da exigência de excluir das estimativas de fluxos de caixa os tributos (IR/CS) ao mensurar o valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas, alinhando assim as exigências de mensuração do valor justo no IAS 41 com as de outras normas IFRS.

As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais para a Companhia.

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2022. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

Alteração ao IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras: de acordo com o IAS 1

“Presentation of financial statements”, para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 “Classificativo of liabilities as current or non-current”, cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: covenants), mesmo que a mensuração contratual do covenant somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses.

Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob covenants somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente covenants com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data.

A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020.

Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024.

Alteração ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2

Divulgação de políticas contábeis: em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis “materiais” ao invés de políticas contábeis “significativas”.

As alterações definem o que é “informação de política contábil material” e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes.

Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a “IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements” para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de

1º de janeiro de 2023.

Alteração ao IAS 8

Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: a alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

Alteração ao IAS 12

Tributos sobre o Lucro: a alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

Não se espera que essas alterações tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Caixa e Bancos	-	839
Aplicações Financeiras	72	0
	<u>72</u>	<u>839</u>

As aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2022, são representadas por aplicação em CDB de curto prazo, remunerados à taxa de 85% do CDI.

5. IMPOSTOS A RECUPERAR

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
IRRF s/ Aplicação Financeira	63	63
IRRF a Recuperar	1	1
CRF a Recuperar	3	3
	<u>67</u>	<u>67</u>

6. ADIANTAMENTO A FORNECEDORES

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Adiantamento de Serviços	993	993
Adiantamento de Materiais	223	149
	<u>1.216</u>	<u>1.142</u>

7. CRÉDITOS COM COLIGADAS

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Bahia Terminais Logística S.A.	70	70
Bahia Terminais TGM S.A.	97	97
	<u>167</u>	<u>167</u>

8. IMOBILIZADO

	Taxa de depreciação anual	31/12/20		31/12/21		31/12/22	
		Adições	Baixas	Adições	Baixas	Adições	Baixas
Custo							
Terrenos	-	5.039	-	5.039	-	-	5.039
Obras em andamento	-	33.299	18.773	52.072	21.250	(1.500)	71.822
Máquinas e Equipamentos	10%	1	-	1	938	-	939
Equipamento de informática	20%	9	-	9	2	-	11
Moveis e utensílios	10%	-	-	-	-	-	-
Total do custo		<u>38.348</u>	<u>18.773</u>	<u>57.121</u>	<u>22.190</u>	<u>(1.500)</u>	<u>77.811</u>
Depreciação							
Máquinas e Equipamentos		-	-	-	-	(63)	(63)
Equipamento de informática		(4)	-	(4)	-	(1)	(5)
Moveis e utensílios		-	-	-	-	-	-
		<u>(4)</u>	<u>-</u>	<u>(4)</u>	<u>-</u>	<u>(64)</u>	<u>(68)</u>
Imobilizado Líquido		<u>38.344</u>	<u>18.773</u>	<u>57.117</u>	<u>22.190</u>	<u>(1.564)</u>	<u>77.743</u>

9. INTANGÍVEL

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Contratos de Concessão	147	147
Estudos e Projetos	14.219	13.838
	<u>14.366</u>	<u>13.985</u>

10. FORNECEDORES

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Fornecedores de Serviços	(128)	(250)
Fornecedores de Materiais	(505)	(384)
	<u>(633)</u>	<u>(634)</u>

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

11.1 Capital Social

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social subscrito é de R\$ 160.000 (2021, R\$ 60.000) e integralizado é de R\$ 154.153 (2021, R\$ 60.000) e está representado por 165.899.295 ações, (em 2021 65.899.295).

Abaixo está representada a composição acionária da Companhia:

	2022			2021		
	Ações subscritas	%	Valor integralizado	Ações subscritas	%	Valor integralizado
<u>Acionistas</u>						
Aratu Terminais Portuários S.A.	11.110.340	7%	11.110	11.110.340	17%	11.110
CS Participações Ltda.	154.788.955	93%	143.043	54.788.955	83%	48.890
Total	165.899.295	100%	154.153	65.899.295	100%	60.000

Não há previsão estatutária autorizando aumento de capital que não seja aprovado pelos próprios acionistas.

11.2 Integralização de capital

Durante o exercício de 2022, foi integralizado pela Acionista CS Participações Ltda. o valor de R\$ 94.153 passando o capital de R\$ 60.000 para R\$ 154.153.

12. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

A Companhia não possui benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo para o pessoal chave da administração ou demais colaboradores.

13. DESPESAS POR NATUREZA

Conforme requerido pelo CPC 26, está apresentado a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado por natureza:

	31/12/2022	31/12/2021
Serviços de terceiros	5.166	3.295
Pessoal	699	1.020
Despesas com viagens e comunicações	690	713
Despesas gerais e administrativas	10	118
Tributos	169	385
Depreciação	63	1
Material	874	748
Outros	1	333
Total	7.672	6.613
Classificado como:		
Despesas gerais e administrativas	7.672	6.613

14. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2022	31/12/2021
<u>Receitas financeiras</u>		
Receitas Financeiras	-	-
<u>Despesas financeiras</u>		
Despesas bancárias	(4)	(5)
Outras despesas Financeiras	(1)	-
Total	(5)	(5)

15. RESULTADO POR AÇÃO

O prejuízo por ação básico é calculado por meio da divisão do prejuízo do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

De acordo com o estatuto social da Companhia as ações preferenciais possuem participação nos lucros distribuídos em igualdade com as ações ordinárias.

O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e quantidade de ações utilizadas no cálculo dos prejuízos básico por ação para cada um dos exercícios apresentados na demonstração de resultados:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Prejuízo do exercício	(7.677)	(6.618)
<u>Prejuízo por ação básico:</u>		
Ações ordinárias disponíveis	165.899.295	65.899.295
(Prejuízo) lucro por ação básico (em R\$)	<u>(0,05)</u>	<u>(0,10)</u>

16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

(a) Considerações gerais

No curso normal de suas operações, a Companhia está exposta a riscos de mercado – taxa de juros, taxas de câmbio, risco de crédito e risco de liquidez. A Administração determina as estratégias a serem adotadas a cada circunstância e riscos inerentes.

(b) Gestão do risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. A Companhia adotou a política de apenas negociar com contrapartes que possuam capacidade de crédito e obter garantias suficientes, quando apropriado, somente como meio de mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência.

(c) Gestão de risco de liquidez

A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, que elaboraram um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

(d) Valor de mercado dos instrumentos financeiros

A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, que elaboraram um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e

longo prazos.

17. AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os membros da Administração da Companhia examinaram o conjunto completo das demonstrações financeiras da Companhia, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e concluíram que as referidas demonstrações traduzem com propriedade sua posição patrimonial e financeira assim como consideraram eventos subsequentes até 07 de dezembro de 2023, data na qual essas demonstrações financeiras foram aprovadas.
